



[DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

Neste número, apresenta-se o perfil territorial da Região Centro, dado pelos resultados publicados em 2009 pelo Instituto Nacional de Estatística do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) (elaborado em parceria com o DPP) e do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC). No que respeita ao ISDR, os resultados reflectem o desempenho das regiões e sub-regiões portuguesas em termos do Índice Global de Desenvolvimento Regional e das componentes Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental enquanto no que se refere ao EPCC se retiveram os resultados do Indicador *per Capita* de Poder de Compra (IpC).

A REGIÃO CENTRO SEGUNDO O ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) foi apresentado publicamente em Maio de 2009 com dados reportados a 2004 e a 2006, resultado de colaboração estreita e profícua entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP). O ISDR apresenta-se como um indicador compósito que permite integrar uma vasta quantidade de informação num modo de leitura fácil e apelativo, com dados relativos às NUTS II e NUTS III.

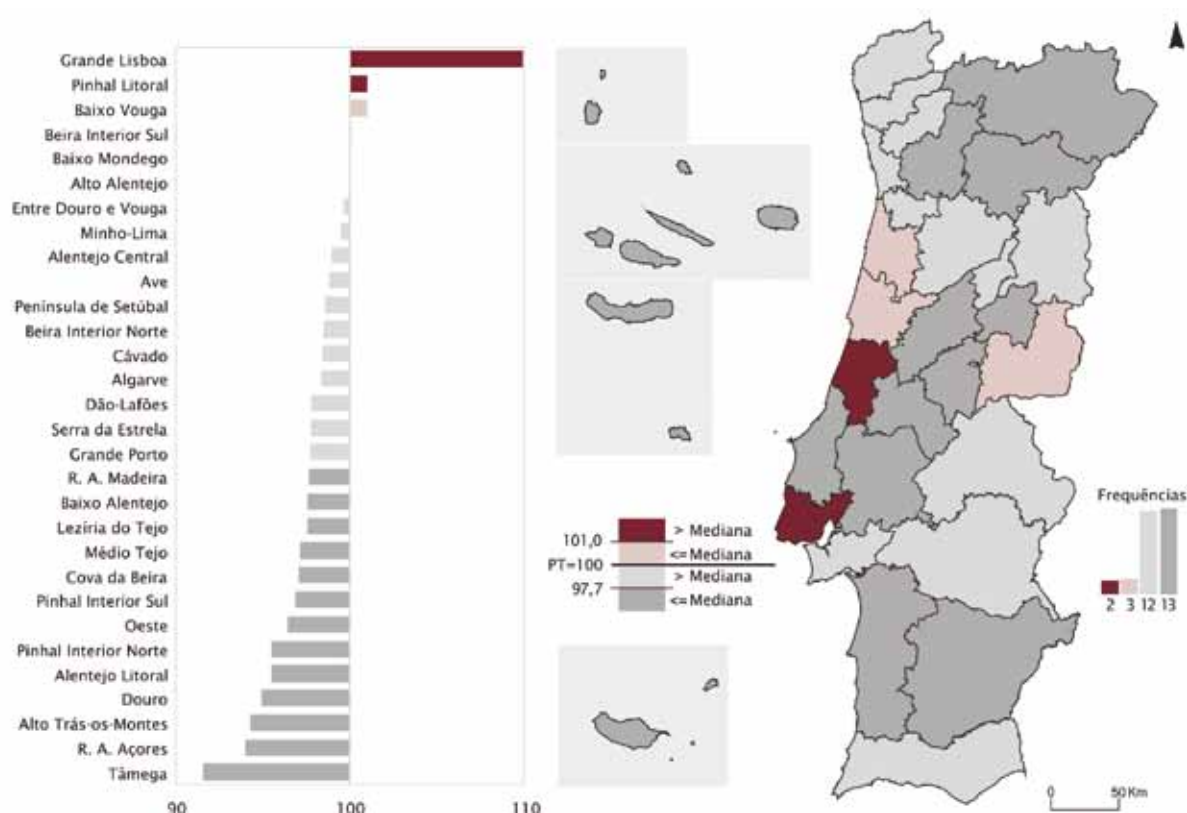
O ISDR, tido como instrumento de monitorização das dinâmicas regionais, foi construído com base em três dimensões fundamentais do desenvolvimento regional: a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental (denominadas componentes), sendo que para cada uma destas dimensões é apresentado um índice, a par com o índice global. Cada componente é obtida por agregação, por média simples, de indicadores de base e o índice global é obtido por agregação, por média simples, das componentes.

Na componente *Competitividade*, os indicadores seleccionados estão relacionados com a capacidade de gerar rendimento (PIB *per capita* ou produtividade do trabalho) e de inserção em mercados externos (relação entre exportações ou PIB); com o potencial de factores propiciadores da competitividade (recursos humanos, infra-estruturas avançadas e economias de aglomeração); e com o potencial de transformação eficiente das economias regionais, na dimensão da especialização produtiva, na esfera da mobilidade habilitacional e profissional, na solidez das empresas nos ramos de actividade internacionalizáveis e na sua exposição à competição externa, no investimento na produção de conhecimento e na atractividade regional de população, trabalhadores e empresas multi-regionais.

Na componente *Coesão*, atendeu-se à eficácia do acesso aos vários tipos de factores de bem-estar (rendimento, equidade social e longevidade); à acessibilidade das populações aos serviços essenciais para proporcionar qualidade de vida e oportunidades de progresso profissional e humano (rede urbana com dimensão para serviços básicos, educação, saúde, sanidade habitacional, cultura); à capacidade de adaptação social (níveis médios de rendimento pessoal, estrutura etária da população e resultados escolares) e aos potenciais de exclusão / integração social (incidências do desemprego, da pobreza e da exclusão social, dos níveis de integração étnica e da criminalidade).

Na componente *Qualidade Ambiental*, os indicadores seleccionados pretendem exprimir a qualidade ambiental em termos de água para consumo e de ar; da produção de factores poluentes do solo e do ar; da qualidade do crescimento urbano; das medidas para atenuar os impactos dos factores de pressão (elementos poluentes do solo e da água, criação de zonas classificadas com funções de reserva natural e ecológica, renovação de águas subterrâneas, qualidade do ar) e dos contributos regionais para a substituição de fontes energéticas fósseis por renováveis.

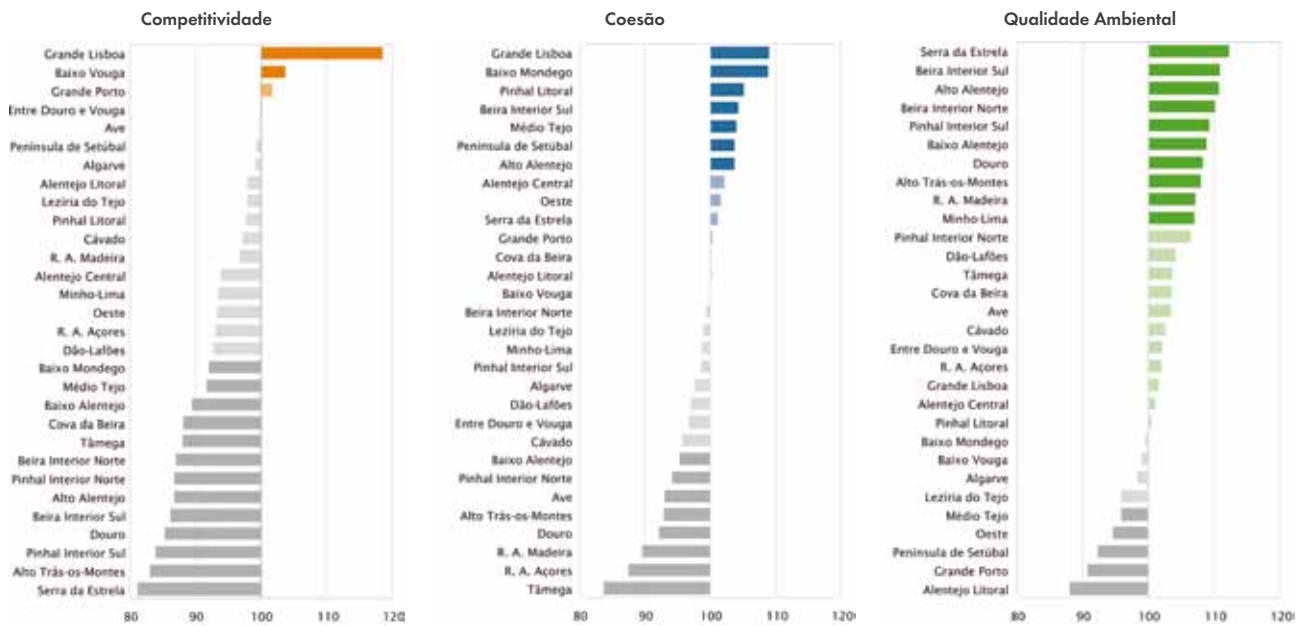
Índice Global de Desenvolvimento Regional (Portugal = 100), por NUTS III, 2006



Relativamente aos resultados para 2006 e quanto ao *Índice Global de Desenvolvimento Regional*, a Região Centro encontrava-se particularmente bem posicionada, na medida em que três das NUTS III que a compõem, num total nacional de 30, evidenciaram desempenhos superiores à média nacional, estando situadas nos 2.º, 3.º e 4.º lugares do *ranking*. Com a Grande Lisboa (109,91) à frente, seguem-se-lhe assim, o Pinhal Litoral (101,03), o Baixo Vouga (101,00) e, marginalmente, a Beira Interior Sul (100,05). O Baixo Mondego registou um desempenho semelhante à média nacional (100,00). Esta geografia do desenvolvimento regional, com excepção do desempenho observado na Beira Interior Sul, destaca a litoralização no país.

Quanto às diferentes componentes do índice, a figura seguinte retrata com clareza que, no que diz respeito à *Competitividade*, na Região Centro apenas o Baixo Vouga se destacou com um valor superior à média nacional. Ocupava mesmo o 2.º lugar, depois da Grande Lisboa, assumindo-se como uma das quatro NUTS III que superavam a média nacional (as demais são o Grande Porto e Entre Douro e Vouga). As restantes NUTS III da Região Centro, mesmo as mais próximas do litoral, apresentaram valores inferiores à média nacional, verificando-se que as NUTS III Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul se situavam nos últimos lugares do *ranking*. De facto, das 13 sub-regiões menos competitivas face à média nacional (abaixo da mediana do total de regiões com desempenhos aquém da média nacional), oito localizam-se na Região Centro.

Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental (Portugal = 100), por NUTS III, 2006



Fonte: INE e DPP, 2009 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, pág. 47; 50 e 52

No tocante à componente *Coesão*, a Região Centro voltava a assumir posições de destaque. Ainda com a Grande Lisboa a liderar, o Baixo Mondego apresentava valores muito próximos e em 3.º, 4.º e 5.º lugares salientam-se outras três NUTS III da região acima da média: Pinhal Litoral, Beira Interior Sul e Médio Tejo. Outro dado interessante aponta para que as quatro sub-regiões que superavam a média nacional no índice global também o conseguiram nesta componente, três das quais na região: Pinhal Litoral, Baixo Vouga e Beira Interior Sul. A Região Centro destacou-se assim no território, enquanto espaço com desempenhos bastante positivos no índice da *Coesão*.

A componente *Qualidade Ambiental* era a que apresentava, a nível nacional, mais sub-regiões acima da média (21 em 30 NUTS III), voltando a Região Centro a merecer relevo, com a Serra da Estrela (1.º), a Beira Interior Sul (2.º), a Beira Interior Norte (4.º) e o Pinhal Interior Sul (5.º) em posições de destaque. Apenas as NUTS III do Baixo Mondego e do Baixo Vouga (muito ligeiramente) e as NUTS III do Médio Tejo e do Oeste (de forma mais vincada) se afastavam da média nacional. De referir ainda que o Pinhal Litoral e a Beira Interior Sul superavam as médias nacionais no índice global e no índice da qualidade ambiental.

Face ao restante território regional, o Baixo Vouga ressaltou em termos do desempenho registado, com Índices Global, de Competitividade e de Coesão acima de 100, secundada pelo Pinhal Litoral e Beira Interior Sul (Índices Global, Coesão e Qualidade Ambiental superior a 100, e Competitividade inferior à média nacional). O Baixo Mondego, com o Índice Global ligeiramente acima de 100, ganhava em termos de coesão, mas perdia muito na competitividade. Todas as restantes oito NUTS III da Região obtinham um Índice Global inferior a 100, com destaques para a Serra da Estrela e a Cova da Beira, com dois índices acima de 100 (na Qualidade Ambiental e na Coesão). O Médio Tejo e o Oeste apenas superavam a média na componente Coesão, verificando-se que as demais se juntavam ao grupo que continha um maior número de sub-regiões, aquelas onde apenas o Índice de Qualidade Ambiental as favorecia (Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Dão-Lafões), a par com outras nove NUTS III (as duas Regiões Autónomas, Ave, Cávado, Minho-Lima, Tâmega, Alto Trás-os-Montes, Douro e Baixo Alentejo).

A REGIÃO CENTRO SEGUNDO O INDICADOR *PER CAPITA* DE PODER DE COMPRA

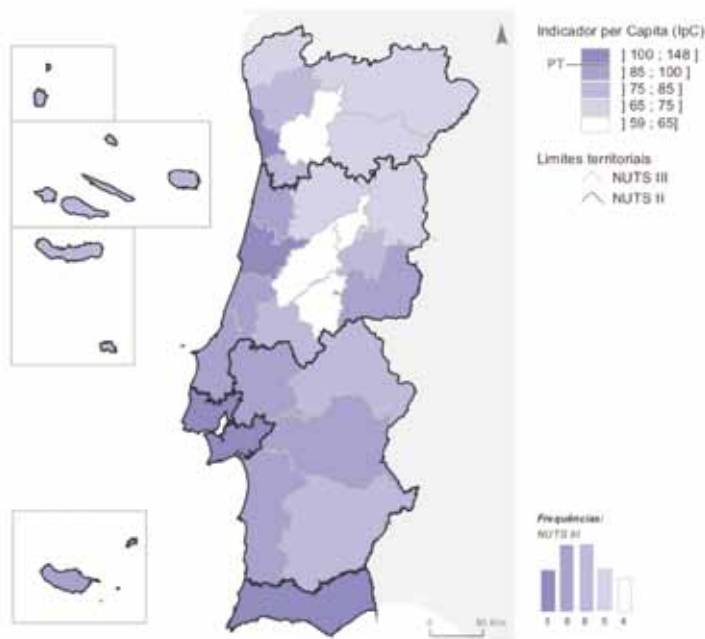
O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)¹⁶ permite caracterizar os municípios e/ou regiões sob o ponto de vista do poder de compra, na lógica do bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis e com base num modelo de análise factorial. A informação estatística reporta-se ao ano de 2007 e o estudo foi elaborado com base em 17 variáveis. Para o presente efeito só se irá incidir a análise no Indicador *per Capita* do Poder de Compra, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, tendo por referência o valor nacional 100, omitindo as restantes variáveis divulgadas (Porcentagem do Poder de Compra e Factor Dinamismo Relativo).

A Região Centro, de acordo com os dados relativos a 2007 agora disponibilizados, revelava um Indicador *per Capita* de Poder de Compra (IpC) aquém da média nacional, com 83,8, apresentando-se como a segunda região NUTS II com menor poder de compra (a R. A. dos Açores apresentou 83,6), situação que já se tinha verificado em estudos anteriores. Ao nível das NUTS II, apenas as regiões de Lisboa e Algarve superavam o poder de compra *per capita* médio nacional.

Tal como sucedia no estudo anterior, também nos dados de 2007 apenas cinco NUTS III, num universo de 30, se situaram acima da média nacional: Grande Lisboa (147,9), Península de Setúbal (108,3), Algarve (103,6), Grande Porto (113,6) e o Baixo Mondego (102,3), esta última localizada na Região Centro. A análise por NUTS III permite ainda distinguir as do litoral, de maior IpC, das do interior, com algumas excepções, nomeadamente a Beira Interior Sul, no Centro. Ainda na Região Centro, vamos encontrar três das quatro NUTS III com menor IpC: o Pinhal Interior Norte, o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela que, a par com o Tâmega, não atingem sequer os 65 de IpC.

¹⁶ O EPCC 2007, divulgado em Novembro de 2009, representa a oitava edição do estudo.

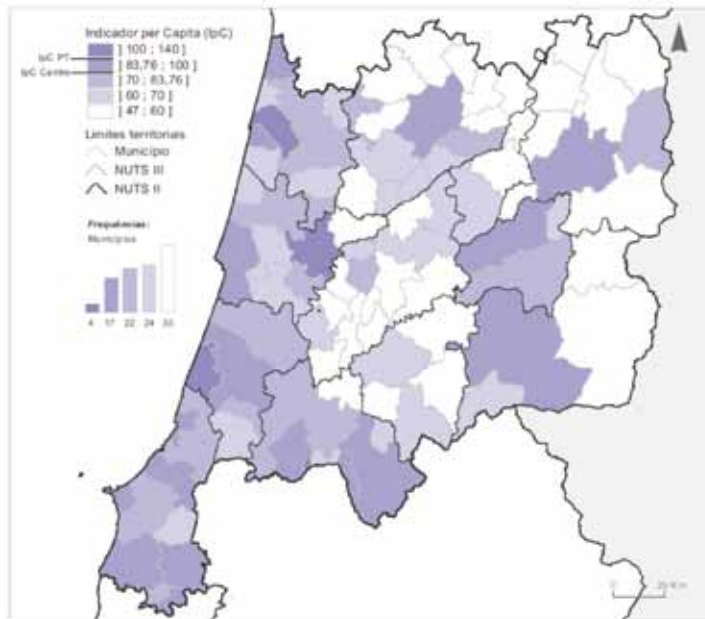
Indicador per Capita (Portugal = 100), por NUTS III, 2007



Fonte: INE, 2009 - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (2007), pág. 23

Descendo na escala de análise e passando a focar o universo dos 100 municípios portugueses pertencentes à Região Centro, apenas 4 superavam o poder de compra *per capita* médio nacional: Coimbra (139), Aveiro (134), Entroncamento (112) e Marinha Grande (102). No contexto regional evidenciavam-se ainda, com valores superiores à média verificada na região (83,8), mais 17 municípios, na maior parte dos casos associados a municípios capitais de distrito como Leiria, Castelo Branco, Viseu e Guarda ou municípios com elevado grau de urbanização, de que são exemplo Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Torres Novas, Torres Vedras e Alenquer. Com um poder de compra *per capita* manifestado inferior a 50% da média nacional em 2007, existiam na região apenas 4 situações, localizadas na Beira Interior Norte (Mêda) e no Dão-Lafões (Aguiar da Beira, Vila Nova de Paiva e Penalva do Castelo).

Indicador per Capita por município, na Região Centro (Portugal = 100), 2007



Fonte: INE, 2009 - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (2007), pág. 59